

A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ALIMENTOS E O COMBATE A FOME

THE LIBERALIZATION OF THE INTERNATIONAL FOOD TRADE AND THE FIGHT AGAINST FAMINE

Lígia Dutra Silva*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a liberalização do comércio internacional de alimentos (em especial os produtos agrícolas) e o seu impacto nas políticas de segurança alimentar nos países em desenvolvimento.

Segundo dados da FAO, cerca de 842 milhões de pessoas sofrem de fome crônica atualmente no mundo. Apenas nos últimos quatro anos o número de famintos aumentou 4,5 milhões por ano. Os países em desenvolvimento concentram a maior parte dos subnutridos, sendo que na região da Ásia e a do Pacífico se encontram aproximadamente 60% dos que passam fome.

O comércio internacional de produtos agrícolas representou, em 2001, apenas 7% de todas as mercadorias negociadas, com valor aproximado de 400 bilhões de dólares, demonstrando uma queda anual contínua tanto do valor negociado quanto da representatividade percentual no comércio internacional.

Os países subdesenvolvidos foram os que tiveram as maiores perdas comerciais com a diminuição dos preços dos produtos agrícolas, já que dependem fortemente da exportação destes produtos para manter aquecidas suas economias.

Além da queda nos valores comercializados dos produtos agrícolas, a competitividade dos produtos dos países em desenvolvimento também ficou prejudicada pelas políticas de subsídios para a agricultura dos países desenvolvidos. Os Estados Unidos distribuíram 3,9 bilhões de dólares em subvenção a 25 mil produtores de algodão entre 2001 e 2002: quantia superior a todo o produto interno bruto de Burkina Faso, país africano, onde 2 milhões de agricultores vivem do cultivo de algodão para exportação. Em Burkina Faso, o preço da

* Bacharel em Direito pela UNESP/ Franca. Especialização em Biossegurança pela UFSC. Mestranda em Direito pela UFSC. Advogada em Florianópolis/SC.

produção do algodão é de 0,47 dólares. Nos EUA o preço sobe para 1,61, porém, o preço do algodão americano é mais baixo por causa das subvenções.

O Brasil ganhou em 2005 um litígio contra os Estados Unidos na OMC referente aos subsídios dados aos produtores de algodão. Os subsídios foram considerados proibidos e impediam a competitividade do algodão produzido em outros países, ocasionando quedas bruscas de preços dos produtos agrícolas. A condenação da OMC, de retirar parte dos subsídios ao algodão, ainda não foi implementada pelos EUA.

A queda internacional dos preços agrava a situação da população mais pobre, geralmente ligada ao campo, porque são os primeiros a sentir a pressão pela redução de custos e a sofrerem com situações de insegurança alimentar.

No comércio internacional de alimentos fica demonstrado o enorme grau de protecionismo dos países desenvolvidos, que restringem a produção dos países em desenvolvimento de todas as formas possíveis (tarifas, barreiras técnicas, barreiras sanitárias, proteção à propriedade intelectual, etc). Além disso, as políticas de subsídios dos países desenvolvidos, aliadas às restrições comerciais, comprovam que produzir maior quantidade de alimento não garante que os mais pobres venham a ter acesso a ele. Nos últimos trinta anos, a produção agrícola aumentou muito e os preços de comercialização caíram, mas isso não significou a redução dos famintos no mundo.

Desta forma, conclui-se que o comércio internacional de alimentos baseado em políticas protecionistas e de subsídios dos países desenvolvidos contribui para a manutenção de situações de insegurança alimentar nos países em desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: COMÉRCIO INTERNACIONAL – AGRICULTURA - INSEGURANÇA ALIMENTAR.

ABSTRACT

This paper has as a main purpose to discuss the liberalization of the international food trade (especially farm products) and its impact on the alimentary security policy in developing countries.

According to FAO data, nowadays about 842 million people suffer with chronic starvation around the world. Only in the last four years the number of famishing increased 4.5 million

a year. The developing countries concentrate the largest number of undernourished and in Asia and the Pacific region are found 60% of the starving.

The international trade of farm products represented, in 2001, only 7% of all trading goods, with the amount of 400 billion dollars approximately, showing a continuous annual decrease of both the total amount dealt and the percentage in the international commerce.

Developing countries registered the highest commercial losses with the decreasing of the prices of farm products, since they strongly depend on their exportation to keep economically active.

Besides the decrease of the amount of dealt farm products, those products were competitively harmed in developing countries, by the agricultural subvention policy. In 2005 Brazil won a lawsuit against the United States at the WTO on the subventions offered to cotton producers. The subsidy was considered forbidden because it would prevent the cotton produced in other countries to compete on the market, causing a brutal decay on the prices of farm products. The WTO conviction of withdrawing part of the cotton subsidy wasn't still implemented by the USA.

The evident protectionism of the developing countries on the international food trade restricts their production in any possible ways (duties, technical and sanitary barriers, intellectual property protection, and so on). Besides the subvention policy and the commercial restrictions in developing countries prove that producing a larger quantity of food does not guarantee the access of the poor to it. In the last thirty years the agricultural production enhanced thoroughly and the trading prices also sank, but that didn't mean the diminishing of starvation around the world.

So it is possible to conclude that the international food trade, based on protectionist policy and developed countries subvention, contribute to the maintenance of starvation in developing countries.

KEYWORDS: INTERNATIONAL TRADE – AGRICULTURE - ALIMENTARY SECURITY

1.Introdução

A liberalização do comércio mundial de alimentos é um dos temas mais discutidos em organizações internacionais como a FAO e a OMC. A diplomacia brasileira tem se esforçado para negociar reduções de barreiras, tarifárias e não tarifárias, impostas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas. Tais negociações, no entanto, não tem obtido grande êxito, conforme demonstra a paralisação da Rodada de Doha no âmbito da OMC.

Os países desenvolvidos se recusam a discutir liberalização agrícola e os países subdesenvolvidos se recusam a aceitar novos acordos comerciais sem antes discutir agricultura. O impasse demonstrou toda a fragilidade das negociações multilaterais da OMC que sempre se pautaram pelo privilégio aos temas de interesse das grandes potências.

O problema do protecionismo dos países desenvolvidos não é apenas uma questão comercial. Essas políticas estão gerando graves crises econômicas e sociais nos países subdesenvolvidos porque impedem a competitividade dos principais produtos que movem suas economias: os produtos agrícolas.

Os países subdesenvolvidos ficam no eterno dilema de viver numa economia de mercado sem ter acesso aos mercados. A consequência dessa imobilidade econômica imposta aos países mais pobres, em especial aos africanos, é sentida pelas suas populações que sofrem com a miséria e a insegurança alimentar.

Com base nessas considerações, esse artigo visa discutir: o estado de insegurança alimentar nos países subdesenvolvidos; procurar suas verdadeiras causas; discutir brevemente a influência do crescimento demográfico e dos desequilíbrios ambientais nessa questão. O objetivo central dessa primeira parte é demonstrar que não faltam alimentos para a população mundial. Determinadas pessoas passam fome porque medidas políticas e econômicas retiram a sua capacidade de adquirir alimento.

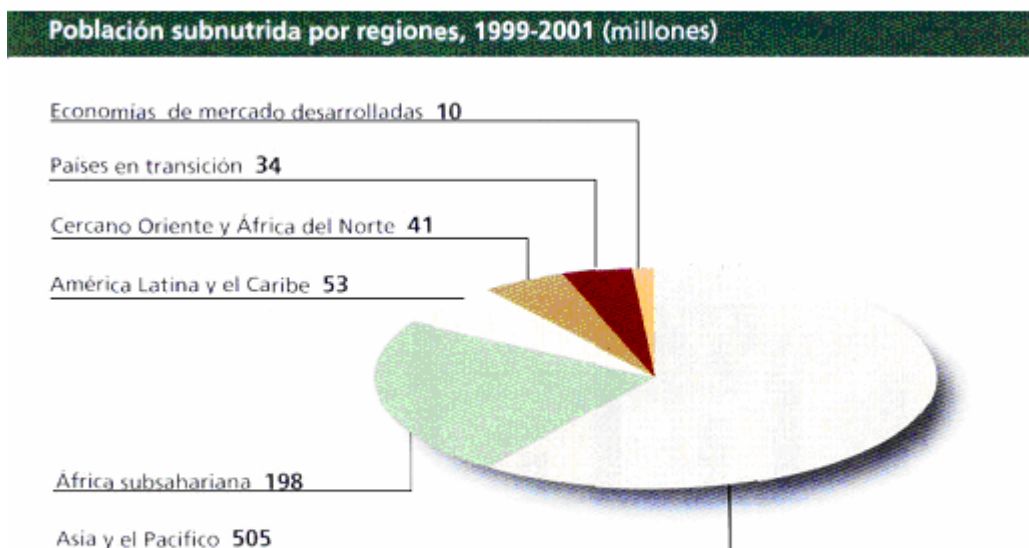
Na segunda parte do artigo, discute-se as políticas internacionais para o comércio de produtos agrícolas e a sua influência na manutenção da fome nos países subdesenvolvidos. Com isso, procura-se demonstrar a relação direta entre subsídios agrícolas na Europa e Estados Unidos e o achatamento artificial dos preços no mercado internacional, levando à destruição da agricultura nos países mais pobres. Além disso, o trabalho ressalta a perversidade de mecanismos comerciais, como o do acesso preferencial que contribuem

fortemente para reduzir a produção agrícola e para o empobrecimento das populações do chamado Terceiro Mundo.

2. A fome

Segundo dados da FAO, cerca de 842 milhões de pessoas sofrem de fome crônica atualmente no mundo. Apenas nos últimos quatro anos o número de famintos aumentou 4,5 milhões por ano.¹ Os países subdesenvolvidos concentram a maior parte dos subnutridos, sendo que na região da Ásia e do Pacífico estão aproximadamente 60% dos que passam fome.

Figura 1



A fome de que se trata aqui significa a situação em que uma pessoa fica, durante um período prolongado, carente de alimentos que lhe forneçam as calorias (energia) e os elementos nutritivos necessários

¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). **El Estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**. Roma, 2003. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em 12/07/2004.

à vida e à saúde do seu organismo. A fome global é entendida como a incapacidade de a ração alimentar diária ingerida por uma pessoa fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo nos trabalhos realizados.

Além das calorias, a alimentação deve fornecer determinados elementos nutritivos – como proteínas, vitaminas e sais minerais – que cumpram a função de restaurar as células, os tecidos e os órgãos de todo o nosso organismo. A falta prolongada de qualquer dessas substâncias na alimentação provoca distúrbios e lesões no organismo, com graves conseqüências à saúde. Essa é a fome denominada parcial.²

A fome atinge prioritariamente os pobres e os impede de melhor desenvolverem seus potenciais, tanto pelas limitações econômicas quanto por limitações biológicas. A falta de nutrientes em quantidades necessárias para o seu bom desenvolvimento traz graves danos a qualquer ser vivo, muitos dele irreversíveis.

Nos anos cinquenta e sessenta, muitos médicos e cientistas divulgavam a idéia de que as dietas tropicais eram muito pobres e que por isso, as suas populações tinham elevado grau de subnutrição pois não sabiam como se alimentar corretamente. Desta forma, caberia aos países desenvolvidos “ensinar” os subdesenvolvidos a comerem, mostrando-lhes os alimentos mais saudáveis.

Esse diagnóstico “científico”, da pobreza dos alimentos tropicais e da incapacidade dos pobres de escolherem corretamente seus alimentos, foi muito conveniente aos interesses comerciais norte-americanos já que este país estava com os silos repletos de alimentos para exportar, em especial, o trigo.

As primeiras remessas de trigo estadunidense para os países onde a insegurança alimentar era grave foi feita em forma de “ajuda humanitária”. Doações que esvaziavam os silos dos EUA, mantendo o preço interno do produto e modificavam os hábitos alimentares das populações que recebiam o alimento.

“O Japão, que recebeu, durante os anos 1950, US\$ 400 milhões de ajuda, havia comprado até 1974 mais de US\$ 20 bilhões de produtos agrícolas norte-americanos.”

² ADAS, M. A Fome, Crise ou Escândalo? São Paulo: Editora Moderna, 1988. p. 8.

A idéia de que as pessoas são subnutridas porque não sabem comer é muito comum até os dias atuais. Na realidade, essa é uma afirmação que condiz com o espírito individualista do liberalismo, mas é inverídica e cruel porque transfere ao faminto a responsabilidade exclusiva por sua subnutrição, ignorando os fatores econômicos, políticos e sociais, que são os mais relevantes.

Ao responsabilizar os pobres por sua pobreza, alguns governantes e dirigentes de organizações internacionais desviam a atenção da verdadeira causa da fome: a má distribuição de renda e dos meios produtivos.

1.1 O crescimento populacional

O crescimento populacional costuma aparecer como o grande causador das crises de fome e do subdesenvolvimento, especialmente após o surgimento da teoria chamada neomalthusiana, cuja argumentação pode ser assim resumida:

O crescimento populacional acelerado dos países subdesenvolvidos é um forte obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois tornam-se necessários grandes investimentos sociais (mais escolas, mais hospitais, mais postos de saúde, etc.), para atender ao aumento numérico da população. Isso impede ou dificulta, por sua vez, a realização de investimentos em setores produtivos da economia, aprofundando conseqüentemente o subdesenvolvimento. Em função disso, essa teoria defende o controle da natalidade.³

Os “neomalthusianos” não consideram os fatores políticos, econômicos e sociais que levam ao subdesenvolvimento, reduzindo desigualdades seculares à um simples problema de excesso de gente no mundo.

Os famintos vivem num mundo de fartura, com disponibilidade de alimentos para todos, mas que não chega a mesa destas pessoas em decorrência da má distribuição. A falta de acesso aos alimentos é uma conseqüência direta da injusta divisão dos meios produtivos, da falta de participação nos poderes políticos e da exclusão social. Esses fatores são absolutamente esquecidos pelos “neomalthusianos”.

³ ADAS, M. **A Fome, Crise ou Escândalo?** São Paulo: Editora Moderna, 1988. p.27

Baseados nessa teoria, governos e organismos internacionais investiram enormes quantias em programas de controle de natalidade, que nunca alcançam os resultados desejados. Nos anos 80 existiam diversos financiamentos internacionais para programas de controle de natalidade, mas, paradoxalmente, o mesmo dinheiro nunca estava disponível para programas de reforma agrária ou qualquer outro que visasse as reformas estruturais nas sociedades com o fim de superar as verdadeiras causas da miséria e da fome.⁴ O presidente dos EUA, em 1965, chegou a afirmar e, diante dos delegados da ONU, que “cinco dólares investidos com o propósito de limitar o crescimento populacional valem tanto como cem dólares destinados ao progresso econômico”.⁵

A partir de então, passou a ser comum os EUA condicionarem ajuda alimentar ou financeira à existência de programas de controle de natalidade nos países periféricos. O dinheiro utilizado para compra de contraceptivos para esses novos programas também era emprestado pelas agências norte-americanas, mas sob uma nova condição, que fossem adquiridos das indústrias farmacêuticas norte-americanas.

Não se pretende menosprezar a importância do controle da natalidade para se alcançar uma melhora sustentável na qualidade de vida dos seres humanos. No entanto, atribuir todas as causas do subdesenvolvimento ao acelerado crescimento populacional dos países pobres é, no mínimo, simplista. A medida mais eficaz para se atingir a estabilidade populacional é distribuir riqueza. Basta seguir o exemplo dos países desenvolvidos que, com a melhora da renda da população, obtiveram uma diminuição das taxas de natalidade. As campanhas de divulgação dos métodos de planejamento familiar foram apenas um complemento posterior. Segundo Susan George, “tanto a fome como o rápido crescimento da população refletem o mesmo fracasso de um sistema político e econômico.”⁶

1.2 Desequilíbrios ambientais

Outro argumento muito usual para justificar a fome são as intempéries e os desequilíbrios ambientais. Grande parte das adversidades naturais que afetam a produção de

⁴ GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵ ADAS, A **Fome, Crise ou Escândalo?** São Paulo: Editora Moderna, 1988. p.31

⁶ GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

alimentos é causada ou agravada pelas ações humanas que geram impactos negativos sobre o meio ambiente. Com base na necessidade de se aumentar a produtividade, a revolução verde desenvolveu um modelo agrícola que vem demonstrando ser ecologicamente insustentável por se basear no plantio em monocultura, na utilização de fertilizantes e venenos químicos e, ainda, no consumo excessivo de água.

A atividade agrícola está sendo responsável por uma enorme degradação ecológica, causando a erosão dos solos, o assoreamentos dos cursos d'águas, a contaminação do ar, da água, do solo e dos seres vivos com produtos tóxicos, além de muitas outras conseqüências que dificultam, e em alguns casos impedem, a própria agricultura.

Alguns acontecimentos, como os terremotos, os furacões e até mesmo as enchentes ou as secas, acontecem independentemente da interferência humana e podem gerar problemas de abastecimento de alimentos nos locais atingidos. Estes eventos naturais, no entanto, somente causarão crises crônicas de fome se as regiões afetadas estiverem em países subdesenvolvidos, que tem menor capacidade de dar suporte econômico às populações atingidas.

A falta de chuva acontece por todo o lado; mesmo o principal exportador de cereal do mundo, os EUA, a isso não está imune – a seca nas suas terras de cultura é um fato visível a cada dez anos aproximadamente. Mas os agricultores americanos não morrem de fome: a infra-estrutura política e bancária consegue evitá-lo.⁷

Alguns fenômenos naturais não são controlados pelos seres humanos, mas ao menos suas conseqüências podem ser amenizadas com a adoção de um sistema político e econômico com estrutura para assegurar alternativas para o abastecimento de alimentos em casos de catástrofes. Portanto, os problemas ambientais ainda não pode ser considerado o causador das situações de insegurança alimentar no planeta Contudo, o ritmo intenso de degradação da natureza e de escassez dos recursos naturais está se tornando um grave fator de limitação ao desenvolvimento e, conseqüentemente, do combate à fome.

⁷ COMISSÃO INDEPENDENTE SOBRE AS QUESTÕES HUMANITÁRIAS INTERNACIONAIS (ICHI). **Fome, catástrofe provocada pelo homem?** Um relatório para Comissão Independente sobre as Questões Humanitárias Internacionais. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

3. A Liberalização comercial dos alimentos.

O comércio internacional de produtos agrícolas representou, em 2001, apenas 7% de todas as mercadorias negociadas, com valor aproximado de 400 bilhões de dólares⁸, demonstrando uma queda tanto do valor negociado quanto da representatividade percentual no comércio internacional.

Os países subdesenvolvidos foram os que tiveram as maiores perdas comerciais com a diminuição dos preços dos produtos agrícolas, já que dependem fortemente de sua exportação para manter ativas suas economias. Na Etiópia, por exemplo, a agricultura de exportação representa 56% do Produto Nacional Bruto (PNB), ocupando 88% da força de trabalho disponível no país⁹.

A grande questão que se coloca nas negociações comerciais relativas aos produtos alimentares é se a sua liberalização, com redução de tarifas e barreiras técnicas, pode auxiliar no desenvolvimento dos países pobres que levem a redução das situações de insegurança alimentar.

Para contribuir com esse debate a FAO lançou o seguinte informe: *El Estado Mundial de la Agricultura y de la Alimentación 2005(SOFA): Comercio Agrícola y Pobreza. ¿Puede el comercio obrar em favor de los pobres?*

Segundo a FAO, a liberalização comercial dos produtos agrícolas poderia favorecer os mais pobres e auxiliar a redução da insegurança alimentar no planeta, desde que acompanhada de medidas políticas e de investimentos para garantir esses resultados.

"El comercio agrícola y su ulterior liberalización podrían desatar el potencial del sector agrario, encauzando su crecimiento en favor de los más pobres, pero no se puede garantizar que vaya a suceder así."¹⁰

⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO) **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación. La Biotecnología Agrícola: ¿una respuesta a las necesidades de los pobres?** Roma, 2004. p. 148

⁹ LUPI, A.L.P.B. Comércio Agrícola. *In: O Brasil e a OMC: Os interesses Brasileiros e as futuras negociações multilaterais.* Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

¹⁰ FAO. **El Estado Mundial de la Agricultura y de la Alimentación 2005: Comercio Agrícola y Pobreza. ¿Puede el comercio obrar em favor de los pobres?** Roma: FAO, 2005. p. 6

Com base neste estudo, a FAO passa a defender que a liberalização comercial dos produtos agrícolas é muito importante para a redução da pobreza e, conseqüentemente, da fome no mundo. Isso porque, a maior parte das pessoas pobres vive na região rural, portanto, aumentando a rentabilidade rural seria possível retirar-las da situação de miséria.

No entanto, a organização não pode se esquecer dos resultados obtidos com a Revolução Verde que produziu um grande aumento de produtividade agrícola sem modificar a situação de pobreza nos países subdesenvolvidos. O modelo agrícola adotado ajudou a consolidar mercados para os grandes proprietários e para as transnacionais de insumos agrícolas, enquanto os resultados para os pequenos agricultores nem sempre foram positivos.

A comprovação de que aumento da produção não significa aumento de renda para o produtor já foi objeto de diversos estudos. O Instituto de Planejamento e Economia Agrícola (Cepa/SC) verificou que em Santa Catarina (estado caracterizado pela prevalência de pequenas e médias propriedades rurais):

Entre 1991 e 1998 os produtores catarinenses aumentaram a produtividade de suas lavouras (33% no milho, 71% na soja, 85% no trigo e 7% no arroz irrigado, são alguns exemplos) e reduziram seus custos médios de produção em 14%, mas não conseguiram aumentar suas rendas.¹¹

Além disso, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Brasil, os pequenos e médios produtores são os principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de alimentos, tendo em vista que as grandes propriedades (agronegócio) se ocupam majoritariamente de cultivos para exportação. Contraditoriamente, aqueles responsáveis pela produção de alimentos são os mais suscetíveis às variações do mercado porque não têm reserva de capital, recebem pouco apoio governamental e sofrem o impacto direto da abertura da economia à produtos estrangeiros - fatores que podem levar a situações de miséria e de insegurança alimentar.

¹¹ INSTITUTO CEPA. Perspectivas para a agricultura familiar - horizonte 2010. Florianópolis: Sec. de estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, 2002. p.20.

Percebe-se que a abertura dos mercados e a retirada das tarifas e barreiras são importantes para tornar o comércio mais justo e criar oportunidades econômicas para os países pobres, mas não necessariamente elevariam as condições de vida dos mais pobres, porque para isso seria fundamental garantir a distribuição dos benefícios obtidos, o que depende da realização de investimentos estruturais de longo prazo: em educação, saúde, infra-estrutura e fortalecimento das instituições.

É importante salientar que o aumento da produtividade não significa, necessariamente, maior disponibilidade de alimentos para os pobres, já que a produção aumenta para os produtos que oferecem maior retorno financeiro no mercado, mas os pobres não fazem parte do mercado porque não são consumidores.

Segundo Amartya Sen:

O desenvolvimento econômico não se resume apenas às oportunidades econômicas formais que estão disponíveis (como mercados abertos, livre comércio, facilidades de transação, etc.), mas engloba também as liberdades efetivas e as capacidades – que as pessoas possuem na esfera que encaramos como econômica, principalmente as suas necessidades econômicas básicas supridas. Este conceito conceitualmente integrado pode, em termos de influência causal, depender de uma grande variedade de políticas e instituições que não são necessariamente econômicas (como níveis de escolaridade e de alfabetização, epidemias e sistemas de saúde, etc.). Mas não podemos deixá-las de fora como preocupações ‘não econômicas’, a partir do momento em que adotamos uma visão adequadamente ampla e integrada de desenvolvimento econômico.¹²

No tocante ao comércio internacional de produtos agrícolas, pode-se constatar alguns fatores que prejudicam a participação dos países subdesenvolvidos no mercado mundial: o sistema de acesso preferencial e os subsídios praticados por UE e EUA. O destaque a esses dois entraves comerciais não significa que sejam os únicos, obviamente, existem muitos outros aspectos que poderiam ser analisados. Ocorre que para isso seria

¹² SEN, AMARTYA. Reforma jurídica e reforma judicial BARRAL, W. (ORG.). **Direito e Desenvolvimento**. São Paulo: editora singular, 2005 P. 20

necessário mais do que o espaço deste breve artigo. Desta forma, concentra-se a atenção nesses dois mecanismos, considerados prioritários.

a)O sistema de acesso preferencial.

O sistema de acesso preferencial foi criado para auxiliar os países subdesenvolvidos a vender para países desenvolvidos, estipulando cotas de produtos que podem ingressar nos mercados sem as barreiras técnicas e tarifárias impostas para os outros. Esse sistema de acesso preferencial à exportação se tornou um sistema de chantagem internacional nas negociações bilaterais e multilaterais entre os países. Isso porquê, as concessões dos países desenvolvidos são decisões políticas discricionárias e podem ser revistas a qualquer momento e por qualquer motivo.

Inmediatamente después de Cancun, el Primer ministro de Malásia, mahathir Mohamed, había pronosticado que <<algunos países serán amenazados después de esto con sanciones o con la retiradas de aydas, u obligados a devolver los créditos [...] Estoy bastante seguro de que habrá una presión tremenda sobre el grupo de países en desarrollo que se han puesto firmes [...] Les harán la vida difícil para impedirles que se unam>>¹³

O comentário do senador dos Estados Unidos Chuck Grassley após os fracassos da reunião ministerial da OMC em Cancun é esclarecedor de como essa política de chantagem funciona.

Voy a ser claro. Usaré mi puesto de presidente del Comité de Finanzas del Senado, que tiene jurisdicción sobre las políticas de de comercio internacional, para examinar cuidadosamente lãs posturas adoptadas por muchos miembros de la OMC durante esta Conferencia Ministerial. Los Estados Unidos evalúan posibles sócios com los cuales establec tratados de libre comercio sobre una

¹³ JAWARA, F.; KWA, A. **Tras las bambalinas de la OMC – la cruda realidad del comercio internacional**. España: Presline S. L., 2005. p. 57

base continua. Tomaré nota de las naciones que tuvieron un papel constructivo em Cancun, y de las que no lo tuvieron.

Além da preferência para os produtos exportados pelos países subdesenvolvidos, o sistema de acesso preferencial também inclui medidas que visam subsidiar produtos alimentares importados pelos países mais pobres, ou seja, fazer com que ingressem no mercado com preços mais baixos. A importação de produtos alimentares a preços a baixo do mercado acaba com a produção agrícola interna dos países subdesenvolvidos mais pobres, auxiliando na perpetuação da dependência de ajudas externas para controle da segurança alimentar da população. Esses países dependentes têm na base de sua economia a produção agrícola e a inserção de produtos com preços inferiores ajuda momentaneamente a garantir o acesso a um alimento mais barato, mas em longo prazo tem conseqüências muito negativas de retrocesso econômico, pois impede a competitividade da produção local.

b) Política de subsídios.

O segundo entrave a liberalização do comércio mundial de alimentos são os subsídios praticados pelos países desenvolvidos, em especial EUA, UE e Japão. O problema dos subsídios tem sido o mais discutido ultimamente, provavelmente, por ser o grande responsável pelo impasse vivido nas negociações comerciais da OMC. A falta de acordo sobre a liberalização comercial na agricultura demonstra claramente que o livre comércio é uma política de mão única que somente é aplicado quando favorece aos países desenvolvidos.

Caso a União Européia e os Estados Unidos cortassem os subsídios que dão aos seus produtores rurais, provavelmente, não conseguiriam preços competitivos para a maior parte de seus produtos no mercado internacional.

Os Estados Unidos distribuíram 3,9 bilhões de dólares em subvenção a 25 mil produtores de algodão entre 2001 e 2002: quantia superior a todo o produto interno bruto de Burkina Faso, país africano, onde 2 milhões de agricultores vivem do cultivo de algodão para exportação. Em Burkina Faso, o preço da produção do algodão é de 0,47 dólares, em

contrapartida a 1,61 dólar nos EUA; com as subvenções, porém, o preço do algodão americano é mais baixo.¹⁴

No mesmo período, a União Européia subvencionou a produção de açúcar com 2,3 bilhões de dólares, tornando-se o segundo exportador mundial do produto, embora o custo real de sua produção seja até duas vezes maior que o de qualquer país de Terceiro Mundo.¹⁵

A motivação para tais práticas protecionistas nem sempre é exclusivamente comercial. Também há grande participação da retórica da multifuncionalidade, ou seja, dos aspectos não comerciais relacionados com as políticas agrícolas, que envolvem a própria organização social dos países **desenvolvidos**. Preservar comunidades rurais e garantir menores taxas de êxodo para as zonas urbanas têm sido assim tarefas justificadoras das políticas protecionistas.¹⁶

Os subsídios agrícolas dos EUA e União Européia impedem a competitividade dos países subdesenvolvidos no comércio internacional e ocasionam quedas bruscas de preços dos produtos agrícolas, fazendo com que o agricultor tenha de vender sua safra a custo muito inferior ao que teve para produzir.

Vários foram os modelos construídos para a realização de análises e simulações, antes e durante a Rodada Uruguai, que procuraram medir o efeito da existência das políticas agrícolas dos países desenvolvidos, que via preços artificialmente mantidos por subsídios, estabeleceram um determinado padrão de produção, consumo e comércio mundiais, *vis-à-vis* cenários de liberalização comercial, parcial ou total. Essas políticas, ao induzirem uma ineficiente alocação de recursos, provocam distorções na distribuição geográfica da produção, do consumo e, conseqüentemente, do comércio mundial de produtos agrícolas. Com base nesses modelos, conclui-se que a retirada dos subsídios nos países desenvolvidos ocasionaria um aumento do preço mundial que estimularia a produção daqueles países que não a sua agricultura, aumentando a sua auto-suficiência e/ou seus excedentes exportáveis. Em oposição, os países desenvolvidos tenderiam a diminuir sua produção, exportando menos

¹⁴ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación. La Biotecnología Agrícola: ¿una respuesta a las necesidades de los pobres?** Roma, 2004. p.36

¹⁵Ibidem.

¹⁶ LUPI, A.L.P.B. Comércio Agrícola. *In: O Brasil e a OMC: Os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.* Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

e/ou aumentando as suas importações, o que faria o total do comércio aumentar.¹⁷

A questão dos subsídios agrícolas foi objeto de recente litígio no Órgão de Soluções de Controvérsias da OMC, que teve como reclamante o Brasil e como reclamado os EUA, cujo tema central foram os subsídios dados a produção de algodão nos EUA.

Os subsídios norte americanos foram considerados ilegais, estipulando-se um prazo para a retirada dos subsídios. O prazo venceu neste ano de 2006 e os EUA não cumpriram nem fazem qualquer demonstração de que pretendam cumprir a decisão.

4. Conclusões

O presente artigo teve por objetivo discutir a situação atual do comércio mundial de produtos agrícolas e sua relação com o combate à fome nos países subdesenvolvidos. As situações de insegurança alimentar vividas pela maior parte dos países dos subdesenvolvidos (em especial os africanos) têm estreita ligação com a diminuição da participação desses países no comércio agrícola mundial.

As práticas comerciais protecionistas dos países desenvolvidos atingem fortemente a capacidade dos países subdesenvolvidos de inserirem seus produtos no mercado mundial, em decorrência da manutenção artificial dos preços em patamares muito baixos.

A liberalização comercial dos produtos agrícolas poderia trazer benefícios aos países subdesenvolvidos, que teriam a garantia de novos mercados consumidores para os seus produtos o que poderia gerar o aumento das exportações e das áreas cultivadas. O aumento da produção agrícola e o aquecimento da economia interna são fatores muito importantes para combater as situações de insegurança alimentar, mas não são tudo. Para erradicar o problema da fome são necessárias, primordialmente, reformas estruturais internas que garantam o acesso dos mais pobres aos meios produtivos para que a distribuição da riqueza possa trazer desenvolvimentos econômico e social.

O Brasil é o exemplo paradigmático de que não basta ter acesso aos mercados externos para garantir uma alimentação adequada à população. O país é um grande

¹⁷ FAGUNDES, Maria Helena(ORG). Políticas agrícolas e comércio mundial. Brasília: IPEA, 1994. p. 30

exportador de produtos agrícolas, mas a terra está concentrada nas mãos de poucos, concentrando a riqueza entre uma elite rural que, desde os tempos coloniais, impedem qualquer mudança estrutural que vise a realização de reforma agrária e, conseqüentemente, a divisão da riqueza e a promoção do desenvolvimento.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O QUE É FOME**. Coleção Primeiros Passos. 5º ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1986.

ADAS, **A Fome, Crise ou Escândalo?** São Paulo: Editora Moderna, 1988.

ARCINIEGAS, J. **La modernización de la agricultura: los pequeños también pueden**. Santiago: FAO, 1993.

BARRAL, W. (ORG.). **Direito e Desenvolvimento**. São Paulo: editora singular, 2005

_____. **O Brasil e a OMC: Os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

BRIGNOL-MENDES, R. **El marco externo y el desarrollo de la agricultura en América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 1995.

FAGUNDES, Maria Helena(ORG). **Políticas agrícolas e comércio mundial**. Brasília: IPEA, 1994.

COMISSÃO INDEPENDENTE SOBRE AS QUESTÕES HUMANITÁRIAS INTERNACIONAIS (ICHI). **Fome, catástrofe provocada pelo homem? Um relatório para Comissão Independente sobre as Questões Humanitárias Internacionais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GONÇALVES, J.S. **Mudar para Manter. Pseudomorfose da Agricultura Brasileira**. São Paulo: CSPA/SSA,1999.

JAWARA, F.; KWA, A. **Tras las bambalinas de la OMC – la cruda realidad del comercio internacional.** España: Presline S. L., 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación. La Biotecnología Agrícola: ¿una respuesta a las necesidades de los pobres?** Roma: FAO, 2004.

_____. **El Estado Mundial de la Agricultura y de la Alimentación 2005: Comercio Agrícola y Pobreza. ¿Puede el comercio obrar em favor de los pobres?** Roma: FAO, 2005.

_____. **La Reforma de la FAO –Hacia el Nuevo Milenio.** Roma: FAO, 2000.

_____. **El Programa Especial para la Seguridad Alimentaria:Respuestas a los nuevos desafíos.** Roma, 2003. Disponible em: http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/DOCREP/006/AC828S/AC828S00.HTM

_____. **El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo.** Roma: FAO, 2003.